O PROCESSO DE OCUPACAO DO MUNICIPIO DE JUARA-MT/BRASIL

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira

Prof. da UNEMAT/Pesquisa desenvolvida com financiamento da FAPEMAT

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como foco o estudo do processo de ocupação que deu origem ao Município Juara, transformação no espaço e alguns impactos no ambiente. Nos últimos anos, intensificou-se a preocupação com o ambiente, apresentando-se, assim, várias ações de setores diversos da sociedade para o desenvolvimento de atividades, projetos no intuito de educar as comunidades, procurando sensibilizá-la, bem como mobilizá-la para a modificação de atitudes que visem ao equilíbrio ambiental, pois se entende que é necessário estudar o porquê do problema ambiental.

Este estudo foi realizado com o intuito de responder ao seguinte questionamento: Quais as implicações do processo de ocupação que deu origem ao Município de Juara, que transformaram o seu espaço e contribuíram com os impactos ambientais?

Teve como objetivo geral analisar o processo de ocupação que deram origem ao Município de Juara - a transformação no espaço agrário e os impactos ambientais. Os objetivos específicos foram: caracterizar o histórico da ocupação do Município de Juara e identificar a produção da pecuária e as atividades e empresas madeireiras no Município de Juara.

Esta pesquisa foi desenvolvida em três fases previamente, sendo a primeira delas o levantamento bibliográfico foi desenvolvido em livros da área e *sites* relacionados ao tema. A pesquisa documental foi feita com dados disponibilizados pelo IBGE e SEPLAN.

A pesquisa de campo foi procedida com base em um roteiro de entrevistas do tipo descritiva, sendo sua análise qualitativa, usando como estratégia a pesquisa bibliográfica e de campo. O roteiro da entrevista foi previamente elaborado para em seguida proceder à análise dos dados obtidos junto aos pesquisados.

A pesquisa permitiu a utilização da abordagem qualitativa, pois, conforme considera Minayo (2010), com esta abordagem a coleta e a análise de dados são vitais, mais do que na investigação tradicional. Desenvolveu-se trabalho de campo, quando foram usadas as técnicas de observação e entrevista. A terceira e última fase desta pesquisa foi constituída da análise dos dados.

1- Política e meio ambiente

A política é uma atividade pública, porém, "O "público" é a negação dialética do privado e "política" é exatamente o exercício do mando público, ou seja, do não privado" (SCALOPPE et al, 2009, p. 03). A política é tratada pelos autores como referência ao espaço público. Por isso, nos é apresentado um histórico da vida na Grécia antiga e a organização do homem na pólis [cidade Estado].

A atividade política então é uma abstração da atividade do homem em oposição à vida privada. Os homens firmaram um pacto social para se organizar em sociedade, com regras de convívio social e de subordinação política (HOBBES Apud RIBEIRO, 2006, p. 62).

Já para Scaloppe et al. (2009), a política é a única forma de exercício de poder. O exercício da política ante o Estado-nação e a idéia de como governar, seja dentro de uma visão liberal e ou Estado do Bem Estar Social, se derão também à apropriação do meio ambiente. E as ações do Estado frente à política do meio ambiente remetem à gestão do ambiente, tão propalada atualmente nos meios de comunicação.

O Direito Ambiental é dividido em quatro aspectos - natural, artificial, cultural e do trabalho. O meio ambiente urbano é objeto de estudo do Direito

Urbanístico e aí estão inseridos, não só um, mas estes quatro aspectos do meio ambiente.

O direito ao meio ambiente se inscreve dentre os novos direitos ao lado dos direitos sociais, que foram chamados de direitos de segunda geração, emergiram hoje os chamados direitos de terceira geração, que constituem uma categoria, para dizer a verdade, ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender do que efetivamente se trata. O mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído.

O meio ambiente é um direito da população e por isso é tutelado pelo Direito Ambiental Penal, que procura zelar pela natureza para, desta forma, zelar pela vida e a saúde dos indivíduos em que nela estão inseridos.

O que se espera do Direito Ambiental Penal é que efetivamente consiga coibir as ações de agressões ao ambiente. O que se observa muito no dia a dia é certa permissividade dos entes jurídicos com os proprietários de terras e de industriais que geralmente têm inserção no meio político e dele se valem para afetar o ambiente e não ser punido.

O que explica a inoperância da aplicação das Leis e ou de uma ação mais eficaz do Poder Público está ligado ao conhecimento conceitual em torno de elementos do meio ambiente, o que é muito recente, bem como as preocupações em torno da questão ambiental são ainda mais recentes. O conhecimento das ciências naturais, das ciências da natureza, Geologia, Matemática etc, que dão base a questão ambiental existem já há alguns séculos. A acumulação do saber ambiental, na verdade, começa com o Clube de Roma, que culminou com a Conferência de Estocolmo. Assim, a preocupação com o ambiente é mais recente e chega ao ápice com a criação de várias leis de regulação, coibição de ações contra o ambiente, no entanto estas leis carecem de um cuidado político (AYALA, 2009).

Nesse sentido, a apropriação dos recursos da natureza está relacionada às perguntas o Quê? Quanto? Como? e Para quem produzir? Na atual sociedade regida pelo modo de produção capitalista, inserida em um mundo

cada vez mais globalizado, e as empresas, cada vez mais multinacionais, buscam de forma incessante a reprodução da riqueza (SANTOS, 2005).

2- JUARA: Processo de ocupação

O Município de Juara, recortado para este estudo pertence à bacia Amazônica e esta localizada ao noroeste do Estado, distante 698 km de Cuiabá, capital de Mato Grosso, com uma área territorial de 21.492 km^2. Juara faz parte da microrregião do Vale do Arinos composto por quatro cidades: Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos e Tabaporã. Juara se tornou a maior de todas elas.

A criação de Juara aconteceu em 1971 por meio da iniciativa privada de colonização, pela Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica (SIBAL). Uma das primeiras atividades econômicas ocorreu com o plantio de lavoura de café. Na sequência, foram feitos investimentos infra estruturais como as construções de pontes e estradas, visando a facilitar o processo migratório.

A ocupação do território mato-grossense, com o surgimento de cidades como Juara, só foi possível porque o regime militar (1964 até 1985) empreendeu todos os esforços públicos para povoar a fronteira agrícola brasileira e impedir o crescimento das lutas sociais no campo.

Na colonização particular, o Estado fez das empresas um instrumento para executar os projetos, subordinando-as às suas políticas e fortalecendo-se, na medida em que tornava a empresa privada parte de seu próprio aparelho executivo. As empresas colonizadoras são executoras de projetos que recebem o apoio do Estado por meio de órgãos burocráticos. Elas deveriam atuar na produção, comercialização e circulação de produtos no mercado nacional. E é nesse âmbito que a SIBAL, de propriedade do Sr. José Paraná, pode negociar terras no Noroeste do Estado de Mato Grosso.

Segundo a fala da viúva do Sr. Paraná, dona Nilza Paraná (2010),

> [...] “o dono das terras veio para negociar as terras, mas como o Zé não tinha condições arrumou sócios, chamou o Zé Martins, Antonio Braga, Sr. Olavo, Sr. Wilmom Peagudo de Freitas, eram

> cinco sócios, o Zé ficou sendo o sócio administrador" (Pesquisa de campo/2010).

O projeto apresentado pela colonizadora SIBAL foi um dos aprovados pela SUDAM nas áreas de interesse do PIN, com financiamento e apoio técnico do INCRA e do Banco do Brasil;

> Em Juara o processo se iniciou com a divisão em lotes e a compra de propriedades com carência de três anos e prazo de 10 anos para pagar, a juros de 8,0% ao ano. Fazia parte do pacote de financiamento o fornecimento de recursos para a construção da casa da família e para o custeio da primeira lavoura na nova propriedade, sendo exigido como requisito que a área a ser adquirida fosse superior a 25 alqueires e que o produtor deixasse intocada a floresta em pelo menos 50,0% da propriedade. Essas condições eram bastante atraentes para os interessados em se estabelecer na região [...]. No primeiro semestre de 1973 foi dado início à execução do referido plano de colonização, com a construção de uma estrada com 50 00 km de extensão, ligando Porto dos Gaúchos à mesma, seguida do levantamento topográfico das suas águas e da subdivisão dos lotes rurais, com área média de 50,0 alqueires cada, sendo então demarcadas as respectivas divisas e abertas as estradas secundárias de acesso a eles (Gênese do Município, Plano Diretor Municipal de Juara, apud SAN'TANA, 2009, p. 21).

Assim, durante o regime militar, as empresas colonizadoras emergiram numa relação de intermediárias do Estado com a agricultura. Isto se configurou em meio a muitas contradições impostas pelo modelo de modernização agrícola vigente no País.

> As práticas de compra e ocupação se configuram experiências sociais ímpares, marcadas por alianças multifacetadas entre os governos militares, as empresas privadas e os colonos. Ambições e sonhos se mesclam a políticas e metas em uma terra que, para muitos, será a terra da promissão, com práticas e relações sendo constantemente repaginadas e vivificadas, operadas de diferentes modos dentro do cotidiano dos seus moradores. Uma terra de incessantes disputas, onde se constroem heróis, vilões, memórias e espaços (SAN'TANA, 2009, p. 23).

.

É preciso salientar que a colonização foi uma estratégia rápida que o Estado encontrou para ocupar a fronteira amazônica e não fazer a Reforma Agrária (TAVARES DOS SANTOS, 1993). Com da propaganda feita no sul do País, muitos trabalhadores se dirigiram para o noroeste do Estado com a finalidade de tentar a vida e enriquecer. Se hoje não existe a preocupação

com o ambiente, na década de 1970, muito menos. Eis a fala da Dona Nilza Paraná,

> Naquele tempo não tinha proibição do desmatamento, foi tudo legalizado, o Banco financiava para os colonos, as pessoas iam trabalhando, os que não conseguiam pagar, vendiam para outro (pesquisa de campo/2010).

Com o apoio inequívoco do Governo Federal, em Janeiro de 1972, implantou-se a vila, a qual, em 25 de julho de 1974, elevou-se à categoria de Distrito do Município de Porto dos Gaúchos. É preciso destacar, porém, que muitas foram as dificuldades, as vias de escoamento, inclusive hoje é um problema, mas, na década de 1970, era muito pior:

> "Não tinha estrada, ali onde era o hotel Umuarama, ali meu velho fez um barracão, ele comprava os cereais do pessoal para ajudar, as vezes apodreciam por que não tinha como escoar a produção (...). Aqui pertencia à Porto dos Gaúchos. Quando teve a divisão do estado, Frederico Campos nomeou o Zé Paraná, prefeito de Porto dos Gauchos, por direito o Zé Paraná tinha que ser prefeito de Juara e Zé Bezerra ficou sendo o prefeito de Porto dos Gaúchos" (Nilza Paraná/ pesquisa de campo/2010).

Assim, foi construída Juara uma cidade que chama a atenção pela rápida ocupação e pelo dinamismo, sobretudo pelas práticas coronelistas ainda vigentes no território. Os problemas inerentes a esse território não estão sendo apontados aqui com base no senso comum e sim com suporte em estudos feitos pelo próprio governo do Estado que apontam entre as tantas ameaças a esse território a,

1- Degradação ambiental provocada por queimadas e uso indiscriminado de defensivos agrícolas.
2- Gestão ambiental ineficaz com legislação ambiental contraditória.
3- Fraca consciência política e falta de representação política regional.
4- Vícios étnicos e culturais, corrupção, impunidade e coronelismo (MT+20, 2006, p. 01).

Sobre a fraca consciência política e o coronelismo são bem visíveis estas características no espaço de Juara, pois, de acordo com San'tana (2009), no discurso das lideranças, parece que a cidade é homogênea, tudo vai muito bem, não existem conflitos, no entanto essa tentativa de homogeneidade é a expressão mais visível do desrespeito às opiniões divergentes, sobretudo no que tange às questões ambientais. Os veículos de comunicação, *sites*, rádios e TVs, expressa um pensamento único, "onde tudo o que se vê nas ruas já ocupa um lugar em um processado e oficial modelo de informação, que rotula, direciona e cataloga" (SANT'ANA, 2009, p. 14).

Por isso, o intento de tentar desmistificar a cidade homogênea, no entanto, esta não é uma tarefa simples, mas não deixa de ser um desafio. O silêncio também explica o *boom* do crescimento da cidade por meio da grilagem de terra permitida pelo coronelismo presente. Muitos vieram no intento de enriquecer e se decepcionaram. O silêncio e o medo se explicam pelo momento histórico, auge da ditadura militar.

> Muitos dos agricultores que migraram para Juara se encontravam estrangulados financeiramente em suas pequenas propriedades, vivenciavam uma lógica capitalista onde possuíam cada vez menos recursos para competir com as grandes propriedades agrícolas, mais mecanizadas e produtivas (SANT'ANA, 2009, p. 42).

A economia de Juara, nas décadas de 1970 até meados dos anos 1990, baseava-se quase que exclusivamente na indústria da Madeira.

> Os colonos plantavam arroz, feijão e café, o café foi o principal produto. Parou a produção por que não tinha durabilidade o pé de café [...] Depois veio a produção da madeira, a madeira foi e é a sustentação da cidade(Pesquisa de campo/2010).

O plantio dessa área e a geração de uma economia que desse conta de atrair trabalhadores para a ocupação de Juara foi coordenada pelo Sr. Zé Paraná empreendedor, que colonizou as áreas que hoje se constituem as cidades de Juara e Tabaporã, mas, no entanto não acumulou riquezas. Também, é preciso dar vozes a quem vivenciou este processo,

> Meu pai teve a curiosidade de conhecer e veio junto com um primo pra colocar madeireira. De Cuiabá a Juara ele gastou 13 dias de caminhão. Daí começou nosso sofrimento, ele com sua empolgação de possuir mais terras vendeu os nossos 7 alqueires e comprou 35 alqueires a 10 km de Juara. [...] um mundo completamente diferente do que vivíamos, terras mais difíceis de serem cultivadas, por causa do tempo da chuva e tempo de seca, no tempo da chuva e tempo de seca [...] tinha que plantar e carpir debaixo de chuva e para colher era o maior sacrifício, quando não perdia tudo. [...] pra vender o pouco mantimento que sobrava, não tinha comprador. [..] eu ainda me revolto com meu pai, ter nos tirado a oportunidade de ter uma vida melhor, por ele ter acreditado naquela propaganda enganosa, que quantidade não é qualidade (Depoimento A).

Esta entrevistada demonstra tristeza e raiva por lembrar de todo o sofrimento. Em vários momentos de sua fala, as lágrimas lhe traíam, mas tem o ânimo para continuar a vida e demonstra conhecimento em relação à importância do ambiente,

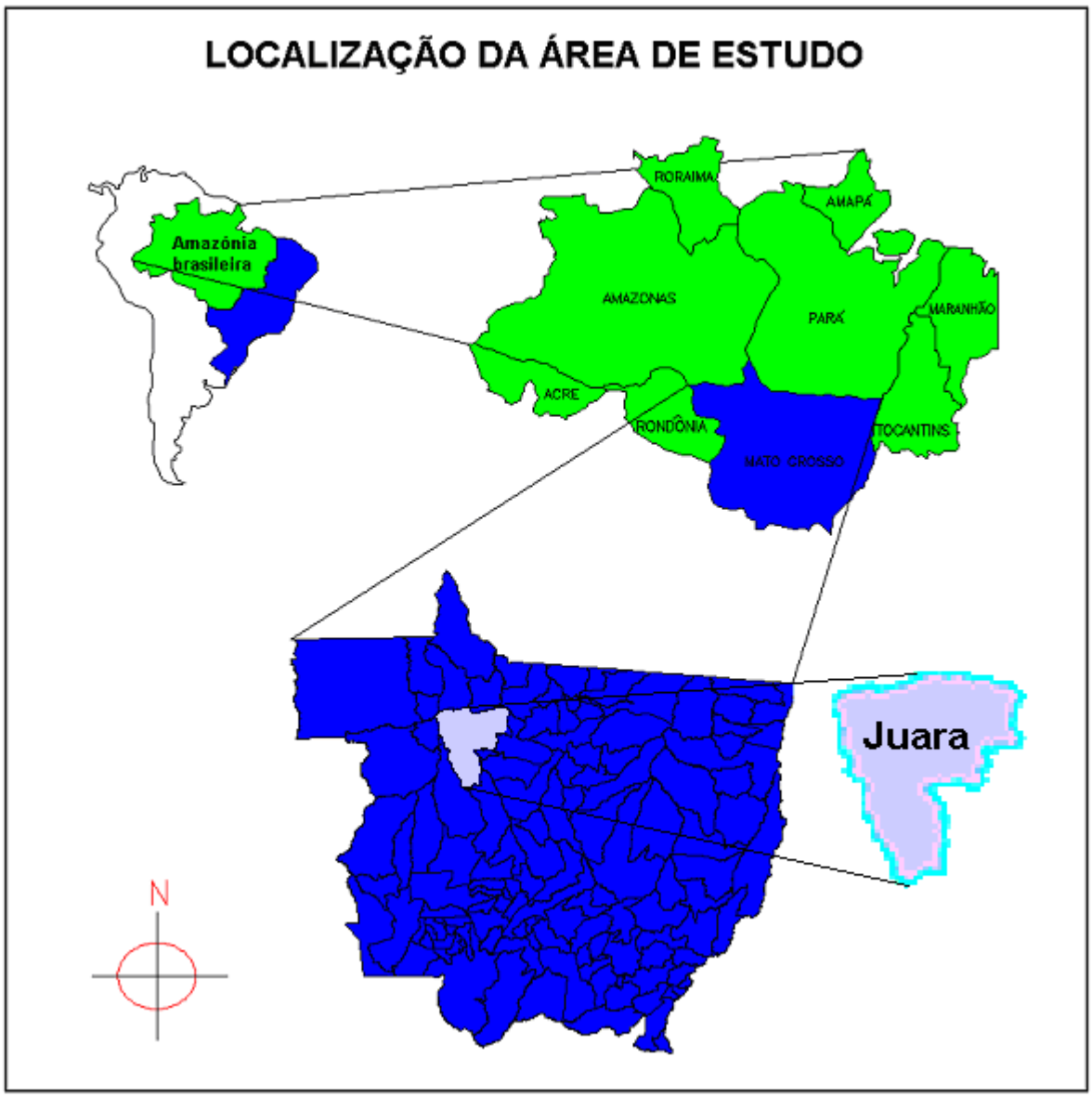
> Juara foi e é um cenário do verde que está virando cinza. Do sonho que virou morte. Da exploração de mão de obra barata, de promessas sem ser cumpridas, vivendo por viver, por ter o que comer. [...] Hoje o poder está na mão de poucos e ainda a muita exploração (Depoimento A).

Este depoimento expõe o questionamento do porquê de o Sr. José Paraná não haver enriquecido, não ter deixado fortuna para sua família. Uma das explicações dadas por sua viúva reside no fato dele ter sido enganado por seu contador. Também fica a pergunta: como um empreendedor pode confiar cegamente numa pessoa até então um ilustre desconhecido, mas que se tornou um dos homens mais poderosos e temidos do Estado de Mato Grosso?

3- JUARA: Questões ambientais como conseqüência do processo de ocupação

O desmatamento em Juara ocorreu desde a sua ocupação, para permitir o processo de ocupação das famílias que para esse território se dirigiram.

Fig 1: Localização da área de estudo



Fonte: (SANT´ANA, R.W.A apud SANT´ANA, 2009, p.206).

Ainda hoje as indústrias madeireiras constituem uma das principais atividades econômicas, porém, há a escassez da matéria-prima (árvores

nobres), mas segundo Dona Nilza Paraná, já na década de 1970, o Sr. Zé Paraná já tinha a preocupação com o ambiente,

> Sabe o que acontece, o Zé Paraná pedia para quem desmatava fazer o reflorestamento. Ele dizia que fazer por que senão iria faltar. Poucos fizeram o reflorestamento. Acho que devastou muito, depois da febre da soja, por exemplo, o Maggi entrou e foi devastando [..]. Olha é um desespero, eu andei muito para Cuiabá de avião, antes se via área verde e agora vai para Cuiabá e só devastação, não tem mais nada.

Em razão do desmatamento extensivo, desencadeou-se um novo ciclo de investimentos: a pecuária, no entanto

> Nos múltiplos espaços da cidade os indivíduos vivenciam relações de hierarquização, de estratégias e sonhos, construindo uma cidade com distintos sentidos e representações. A cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam, se enfrentam e se combinam, mergulhados em estratégias de seus habitantes, permeados de resistências e amalgamados na sua complexidade (SANT'ANA, 2009, p. 14).

A contradição presente na cidade contribui com o aumento intensivo do desmatamento, pois, segundo dados da SEMA[1] (Secretaria Estadual do Meio Ambiente), o Município de Juara ficou em oitavo lugar no *ranking* de desmatamento entre agosto de 2007 e julho de 2008, no Estado de Mato Grosso.

Juara também aparece no *ranking* de trabalho escravo. O trabalho escravo é comum no Brasil, mesmo após a libertação dos escravos em 1888. E tem sido comum, sobretudo,

> Nas empresas agropecuárias da Amazônia e se estabelecem relações sociais de produção entre "peões" e "gatos" que diferem das relações sociais que se estabelecem entre os homens no processo de produção capitalista, onde a força de trabalho é vendida e comprada como uma mercadoria. Nestas fazendas, ao contrário, não é a força de trabalho do peão que é comprada, mas é o próprio

[1] Disponível em www.sema.mt.gov.br/arquivos/PPCDQMT_final.pdf data de acesso em (06/09/10).

> homem, o peão, que é comprado, passando de vendedor da mercadoria força de trabalho, a mercadoria. O próprio homem passa a ser mercadoria (BARROZO, 2009, p. 106).

O trabalho escravo é muito comum hoje ainda em Juara, como ficou evidente com a prisão da esposa do presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, que teve no primeiro semestre de 2010 o diploma de deputado cassado por compra de votos e tem na cidade de Juara o seu domicilio eleitoral.

A prosperidade do Município de Juara só foi possível com a apropriação do ambiente. Por isso, é importante buscar entendimento sobre a relação das empresas com o ambiente, pois, desde 1992, as empresas vêm participando das discussões sobre a necessidade da elaboração de um documento de responsabilidades com o meio ambiente. O presidente, à época, do Conselho Empresarial Stephan Schmidheiny, afirmou,

> O mundo se move em direção à desregulação, às iniciativas privadas e aos mercados globais. Isto exige que as empresas assumam maior responsabilidade social, econômica e ambiental ao definir seus papéis e ações (DIAS, 2006, p. 37).

Após, décadas de debate em torno do meio ambiente e mesmo diante da consciência do seu papel, ainda continuam tendo exemplos de desmatamentos em excesso. A recente operação desencadeada no Estado de Mato Grosso com o nome Jurupari, após cinco anos da operação Curupira, que levou dois secretários do meio ambiente da gestão do ex-governador Blairo Maggi, são exemplos do tráfico de influência que políticos têm nesse órgão e de como as leis são lesadas em nome do interesse econômico e político. Os impactos no ambiente têm sido grande, como exemplos, o efeito estufa e o aquecimento da Terra crescente, terremotos, enchentes etc. Como forma de enfrentar ou minimizar estes impactos, passou-se a propor o uso da expressão desenvolvimento sustentável, que é questionada neste trabalho.

É possível afirmar, mesmo com a existência de tantas leis, que o ambiente continua sendo impactado e ainda, como é possível observar, como consequência da operação Jurupari, a perseguição dos operadores do Direito que ousam desafiar os coronéis de plantão responsáveis por impactos jamais vistos na história da apropriação capitalista da terra no Estado de Mato Grosso.

A visão negativa que a população juarense tem em relação ao meio ambiente contribui, e muito, com o avanço do desmatamento,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Um projeto político que se anunciava dentro de um projeto maior dos governos de Médici e Geisel, alinhavando segurança, território e população, mobilizando a iniciativa privada, vista como instrumento essencial para viabilizar o desenvolvimento da Amazônia e do país, e os trabalhadores ávidos por uma terra que comportassem seus anseios (SANT'ANA, 2009, p. 44).

Assim, discutir o direito e educação ambiental propiciará o desenvolvimento de ações que possibilitem a revitalização de áreas degradadas existentes no entorno de Juara. A recuperação das matas ciliares, que são sistemas vegetais necessários ao equilíbrio ambiental, portanto, deve representar uma preocupação essencial para o desenvolvimento sustentável. A preservação e a recuperação das matas ciliares, aliadas às práticas de conservação e ao manejo adequado do solo, garantem a proteção da água, um dos principais recursos naturais. As matas ciliares exercem funções importantes no controle à erosão junto às margens dos cursos d'água, impedindo o assoreamento dos mananciais, minimizando os efeitos das enchentes, colaborando com a manutenção da quantidade e qualidade das águas e protegendo a fauna local.

O Município de Juara, por meio de seus administradores e da população em geral, banaliza a questão ambiental, de certa forma, fazendo uma sensibilização da população contra a importância da floresta, como percebido na discussão do zoneamento. A cidade é tomada por mitos e lendas de que só encontram sustentabilidade por meio da extração da madeira e de suas madeireiras.

Não é só o desrespeito ao ambiente que chama a atenção neste Município, mas também ao ser humano, pois, segundo vários relatos, são comuns o trabalho escravo e degradante nas fazendas do Município.

BIBLIOGRAFIA

AYALA, Patryck de Araújo. *A proteção do ambiente na ordem jurídica brasileira:* Aspectos introdutórios e teoria geral. 2009. mimeo.

MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (Org.). 29 ed. Petrópolis-RJ: Vozes. 2010.

PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E QUEIMADA NO ESTADO DE MATO GROSSO – PPCDQ/MT 2009 Disponível em www.sema.mt.gov.br/arquivos/PPCDQMT_final.pdf data de acesso em (06/09/10).

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança IN *Os clássicos da política.* WEFFORT, Francisco (Org.). São Paulo: Ática, 2006.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental: Algumas considerações IN *Análise econômica*. Brasília: IPEA, 1991. pgs. 141-152.

RÚDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petropólis-RJ: Vozes, 1986.

SANT'ANA, Daniela Alves Braga. Alianças multifacetadas colonização de Juara – Mato Grosso – Discursos, práticas culturais e memórias (1971-2008). Cuiabá: UFMT, 2009. Dissertação (mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, programa de pós graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, 2009.

SCALOPPE, Luiz A. E. et al. *Política e meio ambiente*. 2009. (mimeo).

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. 12 ed. Rio de Janeiro: Record. 2005.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *MATUCHOS*, Exclusão e luta, do sul para a Amazônia. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.